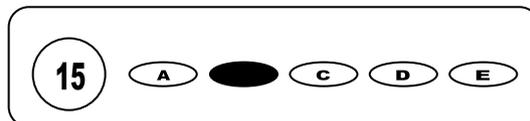




Cargo:Fiscal de Tributos

CONCURSO PÚBLICO 01/2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO EGITO

- Para fazer a prova você usará este caderno e um cartão-resposta.
- Verifique, no caderno de provas, se faltam folhas, se a seqüência de questões no total de **30 (trinta)**, está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique, imediatamente, ao fiscal qualquer irregularidade.
- O cartão resposta é o documento único e final para correção eletrônica. Não amasse, não dobre, não rasure o seu cartão resposta.
- A adequada marcação deverá ser feita com caneta esferográfica de tinta **azul ou preta**, é de inteira responsabilidade do candidato, sendo este o documento válido para a correção das questões da prova.
- Para cada questão são apresentadas **5 (cinco)** alternativas diferentes de respostas (**A, B, C, D e E**). Apenas **uma** delas constitui a resposta **correta** em relação ao enunciado da questão.
- Suponha que a questão nº 15 tenha a resposta B como correta.
 - Veja como marcar esta resposta.



- Deve-se estar atento para:
- Não rasurar o cartão resposta, pois não será fornecido outro cartão
- Não escrever no verso do cartão resposta
- Preencher completamente o espaço reservado a marcação da resposta correta
- Caso realmente precise, utilize como rascunho os espaços em branco no verso de suas folhas de prova;
- Considerar-se-á excluído do processo seletivo do concurso o candidato que:
- Tornar-se culpado de incorreções ou descortesia com qualquer membro da equipe encarregada da realização da prova;
- For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito, ou por qualquer outra forma;
- For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- Ausentar-se da sala de prova, antes da entrega do cartão de resposta e de assinar a ata de presença;
- Recusar-se a proceder a identificação de seu cartão resposta, devidamente assinado no espaço próprio.
- Aos fiscais não existe a autorização para emissão de esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Sendo esta atribuição de única e exclusiva responsabilidade do candidato.

BOA SORTE

1. A definição: “qualquer manifestação positiva e concreta da capacidade econômica das pessoas, observada pelo legislador tributário, que a ele atribui qualidade bastante para provocar o nascimento da obrigação tributária principal, quando se verificar, na prática, a sua ocorrência”. Melhor conceitua:

- a) Base de Calculo;
- b) Fato Gerador;
- c) Alíquota;
- d) Contribuição Tributária;
- e) Impostos.

2. Assinale a alternativa que não apresente um fato gerador que autorize a incidência do IPTU:

- a) a propriedade de bem imóvel;
- b) o domínio útil de bem imóvel;
- c) a posse de bem imóvel por natureza;
- d) a posse de bem imóvel por acessão física;
- e) a locação de bem imóvel a locador maior de 60 (sessenta) anos.

3. Assinale a alternativa que não apresenta um dos melhoramentos que podem ser considerados para que se possa cobrar o IPTU:

- a) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) abastecimento de água;
- c) coleta regular de resíduos sólidos;
- d) sistema de esgotos sanitários;
- e) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

4. Do produto da arrecadação do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados, em relação a sua distribuição, é correto afirmar que:

- a) 80% (oitenta por cento) constituem a receita da União e o restante será distribuído à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.
- b) 70% (setenta por cento) constituem a receita da União e o restante será distribuído à razão de 15% (quinze por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 15% (quinze por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.
- c) 70% (setenta por cento) constituem a receita da União e o restante será distribuído à razão de 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.
- d) 50% (cinquenta por cento) constituem a receita da União e o restante será distribuído à razão de 30% (trinta por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.
- e) 60% (sessenta por cento) constituem a receita da União e o restante será distribuído à razão de 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

5) Em relação ao FPM – Fundo de Participação dos Municípios é correto afirmar que:

- a) Na sua distribuição entre os Municípios serão atribuídos: 5% (cinco por cento) aos Municípios das capitais dos Estados e 95% (noventa e cinco por cento) aos demais Municípios do País.
- b) A distribuição da parcela aos Municípios, exceto capitais dos Estados, far-se-á atribuindo-se a cada Município um coeficiente individual de participação.
- c) Para determinação do coeficiente de participação dos Municípios para a distribuição do FPM é considerado o número de habitantes e sua área territorial.
- d) A revisão de cotas do FPM para os Municípios é realizada pelo Ministério da Fazenda a cada dois anos, de acordo com dados informados pelo IBGE.
- e) Os Municípios recém criados, apenas podem receber o FPM após dois anos de sua criação, recebendo suas receitas no primeiro ano através do Município que lhe deu origem, que deverá liberar e fiscalizar a utilização dos recursos.

6) Em relação ao lançamento para constituir o crédito tributário é correto afirmar que:

- a) O lançamento por declaração ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa;
- b) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando de conhecimento da autoridade fiscal do valor devido pelo contribuinte em recolhimentos rotineiros;
- c) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- d) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando o tributo esteja na iminência de prescrever;
- e) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando autorizado pelo contribuinte para recolhimento de tributos comuns e rotineiros.

7) Em relação às taxas, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas em casos previstos em lei específica as Taxas podem ter fato gerador idêntico ao de algum imposto;
- b) Apenas em casos previstos em lei específica as Taxas podem ter base de calculo idêntica à de algum imposto;
- c) Os recursos auferidos com a cobrança de taxas apenas podem ser utilizados em finalidade específica para qual foi criada;
- d) As taxas não estarão necessariamente atreladas a uma atuação do Estado;
- e) A competência para a instituição de taxas é privativa da União.

8) Em relação à Contribuição de Melhoria é incorreto afirmar que:

- a) A contribuição de melhoria pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios;
- b) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária;
- c) A contribuição de melhoria tem como limite total a despesa realizada;
- d) A contribuição de melhoria tem como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado;
- e) A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra pelos imóveis situados na zona beneficiada em valores uniformes a todos os contribuintes beneficiados.

9) Assinale a alternativa que apresenta apenas eventos que suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

- a) moratória, o depósito do seu montante integral e as reclamações;
- b) os recursos, a concessão de medida liminar em mandado de segurança e a conversão de depósito em renda;
- c) a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial, o parcelamento e a prescrição;
- d) a conversão de depósito em renda, os recursos e a moratória;
- e) a decadência, a concessão de medida liminar em mandado de segurança e a prescrição.

10) Assinale a alternativa que apresenta apenas eventos que extinguem o crédito tributário.

- a) o pagamento, a compensação e a moratória;
- b) a transação, a remissão e a prescrição;
- c) a prescrição, a decadência e a isenção;
- d) o pagamento antecipado, a consignação em pagamento e a concessão liminar em mandado de segurança;
- e) a decisão judicial passada em julgado, a dação em pagamento em bens imóveis e a anistia.

11) Em relação ao crédito tributário é correto afirmar que:

- a) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos;
- b) Decai em 3 (três) anos o direito da fazenda pública pleitear o pagamento de crédito tributário;
- c) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 2 (dois) anos, contados da data da sua constituição definitiva;
- d) Prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição;
- e) O direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente extingue-se com o decurso do prazo de 2 (dois) anos.

12) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de competência:

- a) apenas dos Municípios;
- b) dos Municípios e do Distrito Federal;
- c) dos Municípios e da União;
- d) apenas da União;
- e) dos Municípios, do Estado e da União.

13) Em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, é correto afirmar que:

- a) O imposto é devido desde que conste na lista de serviços constante da Lei Complementar 116/2003, sendo irrelevante constar ou não na lista de serviços constante na legislação municipal;
- b) O percentual cobrado sobre o fato gerador, independente do ente federativo, deverá ser sempre de 5% (cinco por cento);
- c) O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País;
- d) Sobre os serviços descritos na lista de serviços incide o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;
- e) O ISSQN não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão.

14) Assinale a alternativa que apresente serviço que é imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador:

- a) Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
- b) Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
- c) Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
- d) Exploração e exportação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais
- e) Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

15) Em relação ao ISSQN, contribuinte é:

- a) o tomador do serviço;
- b) o prestador do serviço;
- c) o intermediário do serviço;
- d) o responsável pelo serviço;
- e) o beneficiário do serviço.

Leia o texto I abaixo:

NÃO FALTA TECNOLOGIA, FALTAM LEIS

Por Adriana Dias Lopes e Naiara magalhães

Do ponto de vista da tecnologia e da capacitação de seus profissionais, a medicina reprodutiva praticada hoje no Brasil se equipara à dos maiores centros internacionais. Os recursos utilizados na maioria das 200 clínicas existentes no país são os mesmos, por exemplo, do Instituto de Medicina Reprodutiva da Universidade Cornell, nos Estados Unidos, ou do Instituto Valenciano de Infertilidade, na Espanha. Na prática, isso significa que a chance de uma brasileira ter um bebê depois de se submeter a um tratamento de fertilidade é idêntica à de uma americana ou de uma espanhola com problemas de saúde semelhantes aos dela. Para se ter ideia do avanço dessa área médica, uma paciente com 35 anos que passa por um processo de fertilização tem 40% de probabilidade de engravidar na primeira tentativa – o dobro da de um casal saudável pelos métodos naturais. Do ponto de vista legal, no entanto, a medicina reprodutiva brasileira não está sujeita a leis que coíbam a realização de procedimentos aéticos, tais como aqueles dos quais o médico Roger Abdelmassih é acusado.

Não existe no Brasil uma legislação que regule a reprodução assistida. A única lei que faz menção ao assunto é a da Biossegurança, de 2005. Criada para normatizar as atividades que envolvem organismos geneticamente modificados e a pesquisa com células-tronco embrionárias, a Lei de Biossegurança resvala na prática da medicina reprodutiva ao dispor sobre a doação para pesquisas clínicas dos embriões gerados pela fertilização in vitro – quando o óvulo é fecundado em laboratório. Há também uma resolução de 2006, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que estabelece as condições técnicas de funcionamento dos bancos de sêmen, óvulos e embriões. A única regulamentação específica para a reprodução assistida é uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), de 1992. É ela que serve de parâmetro para a atuação dos profissionais e dá subsídios para que os conselhos regionais responsabilizem os médicos por eventuais erros ou comportamentos duvidosos. As sanções previstas pelo CFM vão de uma simples advertência à cassação do registro profissional, o que impede o acusado de exercer a profissão. "Como a resolução não tem poder de lei, um juiz não pode usá-la para criminalizar condutas médicas nesse campo", diz Reinaldo Ayer, coordenador da Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

No dia a dia das clínicas brasileiras, a única bússola que norteia os procedimentos são os escrúpulos – ou a falta deles – dos especialistas. É muito fácil driblar as poucas normas existentes. Um exemplo é o uso de óvulos alheios. Pela regulamentação do CFM, só é permitida a doação de óvulos de forma anônima, com o consentimento expresso da doadora e sem remuneração. Como são poucas as mulheres que se dispõem a doar, a procura por óvulos é sempre maior do que a oferta. "Temos uma fila de espera de cinquenta pacientes", diz Edson Borges, diretor clínico do Centro de Fertilização Assistida Fertility, em São Paulo. Nas clínicas que não são sérias, essa é uma questão simples de ser solucionada: recorre-se aos óvulos que sobram de outros tratamentos sem que se informe sua dona.

Revista Veja, edição 2127, ano 42 nº 34, 26 de agosto de 2009.

16. Sobre o texto é correto afirmar que:

- I. A expressão “do ponto de vista” utilizada no início do 1º parágrafo, funciona como um marcador linguístico que restringe a abordagem da informação.
 - II. A expressão “por exemplo”, escrita no primeiro parágrafo, retoma, numa tentativa de contiguidade o termo “país”.
 - III. O pronome ISSO em “isso significa que a chance...” é um elemento anafórico que retoma, na progressão temática do texto, o fato de os recursos utilizados em nossas clínicas serem idênticos aos utilizados em outros países.
- a) Apenas I e II estão corretas c) I, II e III estão corretas e) Apenas I está correta
b) Apenas I e III estão corretas d) Apenas III está correta

17. Em “...do Instituto de Medicina Reprodutiva da Universidade Cornell, nos Estados Unidos, ou do Instituto Valenciano de Infertilidade, na Espanha” o conectivo OU mantém uma relação semântica de:

- a) exclusão c) possibilidade única e) alternativa
b) improbabilidade d) inclusão

18. Sobre a pontuação do texto, analisando seu emprego e o sentido provocado por ela, podemos afirmar:

- I. O travessão utilizado no primeiro parágrafo separa uma explicação do termo anterior.
- II. Em “Do ponto de vista legal, no entanto, a medicina reprodutiva” as vírgulas separam uma conjunção coordenada intercalada conclusiva.
- III. O travessão utilizado no segundo parágrafo separa um comentário complementar que auxilia na argumentação do autor sem, no entanto, ter um caráter exclusivamente explicativo.

- a) Apenas I está correta c) Nenhuma está correta e) Apenas I e II estão corretas
b) Todas estão corretas d) Apenas I e III estão corretas

19. Em “Como a resolução não tem poder de lei, um juiz não pode usá-la para criminalizar condutas médicas nesse campo” temos uma oração que se inicia com uma conjunção que mantém uma relação semântica de:

- a) Comparação c) Consequência e) Concessão
b) Conformidade d) Causa

20. Em “Há também uma resolução de 2006” temos como correta (s):

- I. Há um verbo impessoal, impossibilitado de ir para o plural, mesmo alterando o restante para “duas resoluções”.
- II. Há um elemento de coesão que pressupõe outras resoluções no texto.
- III. Há uma oração composta apenas por predicado, o que confere ao texto uma impessoalidade.

- a) Apenas I
- b) Apenas I e II
- c) I, II e III
- d) Apenas I e III
- e) Apenas II

21. Considerando o gênero textual do texto I e suas características, podemos afirmar que a linguagem utilizada é, em sua maioria, denotativa. Isso só não ocorre em:

- a) a única bússola que norteia os procedimentos são os escrúpulos
- b) como são poucas as mulheres que se dispõem a doar
- c) temos uma fila de espera de cinquenta pacientes
- d) a leis que coíbam a realização de procedimentos
- e) um exemplo é o uso de óvulos alheios

Texto II



22. O texto II:

- I. Modifica a temática do texto I, pois não faz referência alguma sobre legislação para medicina reprodutiva.
- II. Complementa de maneira bem-humorada a ideia do texto I: há uma dificuldade em legislar sobre a medicina reprodutiva.
- III. Complementa o texto I quando critica, através do humor, a ausência de legislação que iniba práticas abusivas nos experimentos e caos controversos na medicina reprodutiva.

- a) todas estão corretas
- b) Apenas I está correta
- c) Nenhuma está correta
- d) Apenas III está correta
- e) Apenas II e III estão corretas

23. Em “queremos democracia” há:

- a) Um sujeito elíptico expresso pela desinência verbal e pela linguagem não-verbal do texto.
- b) Um conselho expresso pelo verbo no imperativo.
- c) Uma ironia, porque naturalmente apenas um poderá entrar.
- d) Um sujeito indeterminado, uma vez que não está expresso quem fala a frase de ordem.
- e) Uma oração incoerente com o contexto.

Texto III



24. Em relação ao texto III e considerando a estrutura do gênero textual, podemos afirmar que:

- a) é narrativo e conta os casos de abuso na bioética
- b) é descritivo e está apoiado nas imagens para exercer sua função descritiva dos conceitos de aborto e eutanásia.
- c) é injuntivo, comprovado pelo uso dos tempos verbais no presente e futuro fazendo uma oposição do tempo da ação.
- d) é argumentativo e expressa a crítica através do questionamento final.
- e) é metalinguístico por explicar os conceitos da própria língua.

25. O texto III só poderá ser completamente compreendido a partir de alguns aspectos linguísticos:

- I. Conceitos de aborto e eutanásia.
 - II. Período e época em que foi escrito.
 - III. Neologismo utilizado para denominar a prática criticada.
 - IV. Apoio da oração inicial reafirmada na ilustração.
- a) Todos seriam necessários
 - b) Apenas I, II e IV
 - c) Apenas I, III e IV
 - d) Apenas I e III
 - e) Apenas I, II e III

26. Vovô Moacir ganha uma quantia em dinheiro de R\$ 1.890,00 e resolve dividir com os seus 3 netos. Gutemberg recebeu 80% da quantia de Mateus e Otavio recebeu 90% da quantia de Gutemberg. Podemos garantir que Mateus recebeu o valor de:

- a) R\$ 640,00
- b) R\$ 750,00
- c) R\$ 500,00
- d) R\$ 580,00
- e) R\$ 700,00

27. O Sr. Claudio comprou 100 metros de corda por R\$ 80,00. Se ele vender 40 metros com o lucro de 30%, 50 metros com lucro de 10% e 10 metros pelo preço de custo, quanto por cento de lucro ele terá na venda dos 100 metros:

- a) 15%
- b) 16%
- c) 17%
- d) 18%
- e) 19%

28. Ao saber que o trigo aumentaria, o dono de uma padaria autorizou um aumento de 15% no preço do pãozinho, mas o seu gerente visando não perder a clientela, resolveu reajustar apenas 80% do que foi autorizado. Se o quilo do pão era de R\$ 3,00, então o reajuste foi de:

- a) R\$ 3,36
- b) R\$ 2,64
- c) R\$ 0,86
- d) R\$ 0,64
- e) R\$ 0,36

29. Sr. Jurandir pretende repartir 360 reais entre seus dois filhos, diretamente proporcional à idade de cada um. O primeiro filho a nascer tem 18 anos e o segundo 6 anos. Podemos garantir que o filho mais velho recebeu:

- a) 270
- b) 240
- c) 90
- d) 180
- e) 120

30. Um revendedor de automóveis comprou dois carros, pagando R\$ 15.000,00 pelo o primeiro e R\$ 10.000,00 pelo segundo. Vendeu o primeiro com um prejuízo de 20% e o segundo com um lucro de, também, 20%. Com relação ao total investido, podemos garantir que:

- a) lucrou 4%
- b) lucrou 2%
- c) perdeu 4%
- d) perdeu 2%
- e) continua com o mesmo valor investido



RETIRE NA PARTE PONTILHADA E ANOTE O SEU GABARITO PARA CONFERÊNCIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30